



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

TENENTE PORTELA

EXCELENTÍSSIMO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TENENTE PORTELA – RS.

INDICAÇÃO

LUCIANO BERTA FILIPIN, vereador integrante da bancada do PSDB, encaminha a presente INDICAÇÃO, nos termos do Art. 137 do Regimento Interno, para que seja encaminhado ao Prefeito Municipal e, havendo interesse, que apresente à Câmara de Vereadores Projeto de Lei Complementar com o seguinte teor:

CRIA O INCISO X E ALTERA A REDAÇÃO DO § 2º, AMBOS NO ARTIGO 150 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 01-2014, QUE INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Fica criado o inciso X no Artigo 150 da Lei Complementar Municipal nº 01-2014, com a seguinte redação:

Art. 150. São isentos do pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana:

[...]

X – Contribuintes diagnosticados com câncer, enquanto realizarem tratamento oncológico, que tenham despesa mensal comprovada com medicamentos superior à R\$ 500,00 (quinhentos reais), que possuam um único imóvel, utilizado exclusivamente para residência própria, cuja renda familiar não seja superior a 3,5 (três virgula cinco) salários mínimos nacionais vigentes.

Art. 2º - Altera a redação do §2º do Artigo 150 da Lei Complementar Municipal nº 01-2014, o qual passa a ter a seguinte redação:

§ 2º A comprovação de propriedade de um único imóvel para os casos dos incisos VI, VIII, IX e X, deverá ser realizada mediante apresentação de Certidão do Registro de Imóveis.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação

PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TENENTE PORTELA, 21 de Março de 2022.


LUCIANO BERTA FILIPIN
VEREADOR PSDB



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

TENENTE PORTELA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA INDICAÇÃO

Senhores Vereadores:

Inúmeros munícipes hoje realizam tratamento oncológico e necessitam dispensar grande parte de sua renda na aquisição de medicamentos e demais despesas necessárias no tratamento do câncer.

Nesse sentido, o objetivo da presente indicação é sugerir ao Poder Executivo Municipal a isenção do Pagamento de IPTU a estes munícipes, o que, com certeza, traria um alívio financeiro ao cidadão que luta contra o câncer.

